

Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil

Beyond an anti-homophobic kit: public policies on education for the LGBT population in Brazil

Luiz Mello

*Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG
luizman@gmail.com*

Fátima Freitas

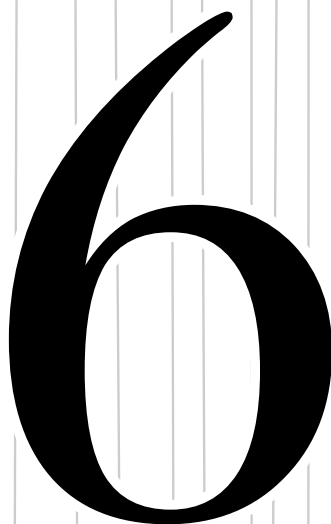
*Pesquisadora do Ser-tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG
fatimareginaalmeida@gmail.com*

Cláudio Pedrosa

*Professor do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)
Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
claudiohpedrosa@yahoo.com.br*

Walderes Brito

*Consultor em relacionamento com stakeholders
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFG
Mestre em Comunicação pela UFG
waldbrito@gmail.com*



Resumo

A escola costuma ser um dos primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas. Frequentemente, isso é reforçado pela LGBTfobia das/os profissionais de ensino e/ou por sua falta de preparo para tomar os direitos sexuais como tema motivador de processos educativos comprometidos com a equidade sexual e a justiça erótica. Recentemente, políticas públicas começaram a ser implementadas para superar esse quadro, na forma de ações como a oferta de cursos para professoras/es, a confecção de material didático, a inclusão desse tema em conferências nacionais de educação e semelhantes, entre outras iniciativas. Neste artigo, procuramos refletir sobre os limites e as possibilidades dessas iniciativas a partir da análise de documentos governamentais e de entrevistas com gestoras/es e representantes da sociedade civil.

Palavras-chave: Educação. LGBT. Políticas públicas. Cidadania. Sexualidades. Brasil.

Abstract

The school is generally one of the first places where people who subvert the gender rules are humiliated. Frequently, this is enhanced by LGBTphobic education professionals and/or their lack of preparation to adopt sexual rights as a motivational theme in educational processes committed to sexual equity and erotic justice. Recently, public policies started being implemented to overcome this situation, in the concrete form of actions such as offering teacher training courses, developing didactic material, and including this theme in national conferences on education and similar subjects, among other initiatives. In this article, we aim at reflecting on the limitations and possibilities of these initiatives, based on the analysis of governmental documents and interviews with public sector managers and civil society representatives.

Key-words: Education. LGBT. Public policies. Citizenship. Sexualities. Brazil.

Notas metodológicas preliminares

Antes de iniciar o texto propriamente dito, queremos destacar três opções teórico-metodológicas e políticas que pautaram a nossa escrita. Em primeiro lugar, invertemos deliberadamente a regra gramatical que define o masculino como elemento neutro e adotamos o feminino como referência constante, independentemente do sexo dos sujeitos referidos. Adjetivos e substantivos masculinos, em nossa convenção, passam a ser o termo particular, usados apenas para se referir a pessoas do sexo masculino, quando no singular. Provavelmente, o estranhamento inicial decorrente dessa feminização da escrita e insurreição contra o androcentrismo linguístico passará após algumas poucas páginas de leitura.

A segunda opção se materializa na utilização aleatória da ordem das letras que compõem a sigla LGBT, a qual assume, nos textos aqui apresentados, a forma GLBT, TLBG, BTGL e outras. Entendemos que os grupos organizados de travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais no Brasil passam por um momento de forte afirmação de suas demandas na arena política, ao mesmo tempo que são aliados em permanente disputa identitária e de poder, a despeito de se apresentarem e de serem socialmente vistos como um movimento social unificado. Mais que privilegiar uma ordem fixa e rígida de letras na sigla, o que poderia gerar o entendimento de que as demandas de uns grupos são mais importantes ou prioritárias que as de outros, utilizamos o conjunto de letras B, G, L e T em qualquer sequência, como marcador identitário desse coletivo de grupos sociosexuais, sem que se estabeleçam hierarquias ou subordinações entre eles. No caso de nomes de eventos, documentos, grupos da sociedade civil ou órgãos de governo, a sigla será sempre apresentada no formato utilizado pelas instâncias responsáveis.

Por fim, em vez de *homofobia* utilizamos nos textos a expressão *LGBTfobia* – e suas variantes GLBTfobia, TLBGfobia, BTGLfobia, entre outras. A intenção é explicitar que o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais possuem em comum o fato de esses segmentos sociais questionarem a ordem sexual e de gênero de maneiras afins, mas diferentes. O que se pretende com essa opção é sublinhar que a intolerância social em relação à homossexualidade masculina (ideia implícita à noção de homofobia) não é da mesma ordem que a intolerância que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), nem do repúdio que sistematicamente atinge travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do

terrorismo de gênero. Optamos por LGBTfobia (e variantes da sigla), ainda, para evitar o uso repetitivo das expressões lesbofobia, transfobia, travestifobia, gayfobia e bifobia, o que cansaria a leitora. Resta-nos dizer que a adoção do sufixo “fobia” para caracterizar qualquer modalidade de preconceito e discriminação sexual e de gênero parece-nos limitada, já que reforça um discurso biológico e patologizante, quando se sabe que os fundamentos das disputas de poder entre grupos diversos, inclusive sexuais, são claramente de ordem social, política, cultural e econômica. Porém, essa discussão está além dos objetivos que motivaram a produção deste *paper* e, na falta de alternativa melhor, também recorreremos à ideia de que a aversão e o ódio contra a população LGBT possuem um componente fóbico. Manteremos o uso de *homofobia* em vez de LGBTfobia e variantes sempre que a expressão integrar nomes de eventos ou for referida em documentos citados e entrevistas realizadas com gestoras e ativistas no contexto da pesquisa.

Além dessas notas preliminares e das breves considerações iniciais no próximo tópico, este texto estrutura-se em duas outras seções. Na primeira, são apresentadas ações do governo, na área da educação, voltadas ao combate à LGBTfobia e à promoção da cidadania e dos direitos humanos da população TGBL, já implementadas e em desenvolvimento, enquanto na segunda são propostas algumas considerações de cunho analítico, na tentativa de ponderar avanços, limites e impasses das discussões e práticas a respeito de pessoas TBGL no espaço escolar.

Como educar quem educa?

Este texto tem como tema as políticas públicas de educação voltadas para a população LGBT e reúne parte dos resultados dos projetos de pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar” e “Políticas públicas para a população LGBTT: mapeamento de iniciativas exemplares para o estado de Goiás”¹, desenvolvidos no âmbito do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Goiás. Ao longo da pesquisa, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com 52 gestoras públicas que atuam nas esferas federal, estadual e municipal, em ministérios/secretarias que desenvolvem ações/programas/projetos que buscam garantir a cidadania e os direitos humanos de pessoas TLGB, assim como entrevistas com 43

¹ Esses projetos contaram com o apoio financeiro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), respectivamente. O relatório das pesquisas está disponível em: <www.sertao.ufg.br/politicaslgbt>.

representantes da sociedade civil que atuam na mesma área. Para o mapeamento preliminar das políticas públicas voltadas para essa população, foram priorizadas seis áreas de atuação governamental: educação, saúde, segurança, trabalho, assistência social e previdência social. O levantamento de dados foi realizado no Distrito Federal e em nove estados, distribuídos nas cinco regiões geográficas do país: Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Das 52 gestoras entrevistadas, 16 estavam vinculadas a órgãos de políticas especificamente voltadas a pessoas LGBT, como coordenadorias/coordenações/núcleos, nos três níveis de governo, enquanto 36 representavam órgãos com atuação setorial em uma das áreas privilegiadas na pesquisa. Desse total, dez eram gestoras vinculadas à área de educação, sete das quais atuantes na esfera estadual e três, na federal.

Um dos conceitos que está na base da pesquisa é que o estudo das políticas públicas constitui um campo de conhecimento que busca compreender o “Estado em ação”, analisar essa ação e propor mudanças, caso seja necessário – e possível (HOFLING, 2001; SOUZA, 2006). A partir daí, podemos refletir sobre os diversos interesses em jogo na formulação, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas. Somente quando essas múltiplas esferas de ação são pensadas conjuntamente é possível compreender os caminhos pelos quais as iniciativas saem – ou não – do papel e como as pessoas, para quem as políticas foram pensadas, terão acesso a elas. Nesse contexto, é também fundamental que o olhar alcance a complexa relação entre governo e sociedade civil na negociação dessas políticas.

Para a análise das políticas públicas no foco deste texto, tomamos como ponto de partida o conceito de educação, que consta no art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Em outras palavras, a educação é uma área que perpassa toda a sociedade e que não está restrita apenas à escola. Por questões metodológicas, entretanto, nesta pesquisa, assim como na LDB (por outras motivações), o foco é a educação escolar, envolvendo alunas, professoras, gestoras e comunidade. Assumido esse enfoque escolar, buscamos, então, mapear ações e programas promovidos pelo Ministério da Educação, geralmente por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e por secretarias estaduais e municipais de educação que conduzem ou que participam de políticas públicas para a população LGBT.

A essa altura, alguns pressupostos que fundamentaram o desenvolvimento de nossa pesquisa precisam ser explicitados, ainda que não esgotem os argumentos metodológicos sobre a relevância deste estudo. Em primeiro lugar, em consonância com a opção por enfatizar os processos educacionais característicos da instituição escolar, entendemos que escola é um espaço onde diversas concepções de mundo, ideologicamente estruturadas, estão em disputa, não sendo apenas um aparelho do Estado, reproduzidor dos interesses da classe dominante (ALTHUSSER, 1985). Também pensamos que a escola não é um lugar onde somente devam ser ensinados conteúdos como matemática, ciências, português, mas onde se pode aprender sobre cidadania bem como se pode exercitar a convivência e o respeito – e não apenas a tolerância – à diferença. Enfim, consideramos a escola um espaço profundamente significativo para a construção das subjetividades em nossa sociedade. Em segundo lugar, entendemos a sexualidade como uma construção social constitutiva da experiência humana, que em nossa sociedade é elemento-chave para a formação das subjetividades. Desse modo, devido à importância dos processos educacionais na construção das subjetividades, a escola deve estar preparada também para orientar as alunas a viverem em um mundo plural, onde práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis e igualmente respeitados.

Ainda como afirmação de uma posição ética, articulada a uma preocupação técnica, apontamos a necessidade de capacitação para que profissionais de educação e gestoras públicas possam/consigam lidar com a diversidade – étnico-racial, religiosa e, especialmente, no âmbito da sexualidade, entre outras –, pois uma constatação que surge na maioria absoluta das entrevistas realizadas é que aquelas profissionais não estão “preparadas” – qualificadas e sensibilizadas – para lidar com esses temas e por isso se calam diante de tantos atos de preconceito e discriminação, como afirma uma gestora federal:

Eu acho que entre os principais problemas reside mesmo a sensibilidade e a qualificação dos profissionais, os gestores de maneira geral pra atuarem nesse campo. Acho que é necessário de uma maneira geral expandir essa discussão tão importante que é o combate à homofobia pros diferentes atores, ah... e gestores das políticas públicas [...] Esse é um dos principais problemas, que é de fato a pouca qualificação e pouca sensibilidade de alguns profissionais pra estarem acolhendo essa demanda no processo de formulação e de implementação das políticas públicas.

Saindo do armário e do papel

Na pesquisa, foram identificados dois cursos como instrumentos de capacitação de professoras na temática em discussão, propostos pelo Governo Federal em parceria com estados e municípios: Saúde e prevenção nas escolas (SPE) e Gênero e diversidade na escola (GDE). Ambos passaram a ser ofertados em 2006, último ano do primeiro mandato do presidente Lula. Se houve cursos dessa natureza em anos anteriores, o silenciamento das pessoas entrevistadas a respeito deles pode indicar baixo alcance, descontinuidade ou simples inexistência.

O *Saúde e prevenção nas escolas* foi criado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O projeto pretende integrar saúde e educação com o objetivo de “transformar os contextos de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV e à aids, a outras doenças de transmissão sexual e à gravidez não planejada” (BRASIL, 2006b, p. 17). Esse projeto é realizado conjuntamente pelas secretarias estaduais/municipais de educação e saúde nos estados, por meio da promoção de cursos de formação de profissionais nas escolas. O curso é dividido em unidades e as unidades em oficinas. A despeito da forte ênfase em questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, na unidade “A sexualidade na vida humana”, há duas oficinas que tratam diretamente do tema orientação sexual: “A orientação sexual do desejo” e “Homossexualidade na escola”.

Além de uma gestora federal, gestoras de cinco das dez unidades da federação pesquisadas mencionaram o projeto “Saúde e prevenção na escola” entre as ações do governo que estão em desenvolvimento, embora uma das entrevistadas tenha enfatizado o problema da escala dessa implementação:

Num primeiro momento foram abertas 600 vagas, mas num universo de 70.000 professores, 600 vagas não fazem cócegas. Pra você ter cara de política pública tem que ter um investimento do Governo Estadual de um lado, a contrapartida, e investimento do Governo Federal no sentido de ampliar a ação, já que é um curso a distância. Na verdade é um curso semipresencial, tem 170 horas a distância e 30 presenciais. Então, vai formar 1500 professores da rede estadual. E a contrapartida do estado são as formações presenciais. A gente vai entrar com a docência, que é feito pelos próprios militantes (teremos um

docente que é um professor transexual, outra, uma lésbica, então são todos de caráter afirmativo, pessoas que não só têm o conteúdo acadêmico, mas vivenciam as experiências).

Já o curso *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais* também foi ofertado pela primeira vez em 2006, como um projeto piloto resultante da parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o *British Council* e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), nas seguintes cidades: Niterói e Nova Iguaçu/RJ, Maringá/PR, Dourados/MS, Porto Velho/RO e Salvador/BA. O conjunto de conteúdos do curso, como seu próprio subtítulo indica, aborda os temas gênero, sexualidades e relações étnico-raciais e tem como objetivo principal contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino acerca dessas três questões, tratadas articuladamente. O curso faz parte da modalidade semipresencial, com carga horária de 200 horas – destas, 24 são presenças e 176 a distância –, e tem em sua estrutura unidades que abordam “Sexualidade, direitos e educação” e “Sexualidade no cotidiano escolar”.

Em 2008, o projeto foi ampliado, a partir de parceria com a Rede de Educação para a Diversidade, que reúne várias instituições públicas de educação superior dedicadas à formação continuada semipresencial. Foram selecionadas 19 instituições de ensino superior que passaram a oferecer formação nessa modalidade, totalizando 13.000 vagas e um investimento de aproximadamente R\$ 9.000.000,00. Em 2009, o Ministério da Educação abriu edital para universidades que tivessem interesse em disponibilizar o curso, o qual passou a ser ofertado como extensão (carga horária de 200 horas) e também como especialização (380 horas). Foram selecionadas as propostas de mais nove IES, que ofereceram cerca de 6.500 vagas, com um investimento de aproximadamente R\$ 5.000.000,00. Em 2010, o GDE também foi ofertado como curso de extensão e especialização, por nove IES, correspondendo a 3.500 vagas².

Nas entrevistas, esse curso foi comentado por gestoras e ativistas de quatro das dez unidades da federação entrevistadas, com destaque para o

² Para informações sobre as iniciativas do Ministério da Educação relativas ao combate à LGBTfobia, ver *Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH-LGBT*.

alcance de número relativamente alto de professoras e para o fato de ser uma ação conjunta entre órgãos e instâncias de governo, oferecendo formação em gênero e sexualidade para um público variado. Nas palavras de uma gestora e de uma representante da sociedade civil entrevistadas:

Temos parceria com a Rede Nacional de Jovens Vivendo e Convivendo com HIV/Aids. Então eles estão formulando uns projetos pra serem implementados nas escolas em termos de prevenção de DST/aids e de forma a tentar diminuir a discriminação. Por exemplo, o grupo tá participando agora de um curso que é “Gênero e diversidade na escola”, que também envolve essa questão de estar diminuindo nas escolas esse impacto da discriminação.

Na área da educação, nós estamos envolvidos num projeto que articula governo estadual e governo federal, né? Que é o “Gênero e diversidade na escola”. A gente desenvolveu esse, esse projeto, todo esse conteúdo, é um curso *online*, né? Foi desenvolvido numa interlocução a pedido da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, mas já uma articulação com a SEPPIR e com o MEC. Esse curso foi desenvolvido em 2006, foi testado um projeto piloto em seis capitais e depois a gente revisou o material, os conteúdos. Aí o MEC incorporou esse curso na Universidade Aberta do Brasil, na UAB, e abriu para universidades brasileiras, né?

Além dos cursos, especialmente a partir de 2007, o Governo Federal também estimulou a discussão sobre enfrentamento do preconceito e da discriminação relativos à orientação sexual e à identidade de gênero na escola por meio da publicação de livros a respeito dessa temática. Um dos principais materiais identificados nesta pesquisa é o volume dos Cadernos Secad, intitulado *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Produzida em 2007, a publicação faz parte de um conjunto de Cadernos elaborado pela Secad para documentar as políticas públicas que o MEC vem realizando em diversos âmbitos, como educação no campo e educação ambiental, por exemplo. No subtítulo *Marcos institucionais*, são apresentadas a discussão conceitual dos temas e a legislação relacionada – incluindo o PNDH II e o Brasil sem Homofobia (BSH). Em *Gênero e diversidade na educação: diagnóstico*, são registrados resultados de pesquisas que mostram a necessidade de se desenvolver políticas públicas em educação para o enfrentamento da discriminação de gênero e para a orientação sexual na escola. Já no subtítulo *Gênero e diversidade na educação: políticas públicas*, afirma-se:

Considerando os planos de ação já existentes – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – a tarefa do Ministério da Educação é fazer com que a sua implementação, a médio e longo prazos, promova o enraizamento dessa agenda de enfrentamento ao sexismo e à homofobia nos sistemas de ensino e na sociedade. No curto prazo, é indispensável atuar, de forma coerente e consistente, sobre as ações já em curso, visando a superar concepções limitadoras em que corpos, sexualidades, gêneros e identidades são pensadas a partir de pressupostos disciplinadores heteronormativos e essencialistas (BRASIL, 2007, p. 35).

Por fim, em *Programas, projetos e ações*, aparecem em destaque algumas iniciativas da Secad que contribuem para promover direitos humanos e cidadania para mulheres e população LGBT, tais como: o curso “Gênero e diversidade na escola”, mencionado anteriormente, e o “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”. Esse prêmio integra o *Programa Mulher e Ciência*, que está em sua 6ª edição, e foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM/PR), com o objetivo de “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e em carreiras acadêmicas” (BRASIL, 2007, p. 67).

O “Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, produzido pela SDH e divulgado em julho de 2010, traz dados atualizados sobre o investimento financeiro no âmbito do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: da 1ª à 4ª edição, R\$ 233.000,00 por ano (concurso de redações para estudantes do ensino médio e artigos científicos de graduandos, graduados, especialistas, mestrands, mestres e doutorandos); na 5ª edição, R\$ 249.500,00 (mantidos os concursos anteriores e criada a categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero*, com o objetivo fomentar projetos comprometidos com a igualdade de gênero – premiada uma escola por região); e na 6ª edição, R\$ 506.400,00 (com a inovação de se premiar, na categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero*, uma escola por unidade da federação).

Ainda como indicador de reconhecimento por parte do Estado da relevância da ampliação do debate sobre diversidade – pensada numa perspectiva abrangente, que envolve diversos grupos subalternizados –, o Ministério da Educação, por meio da Secad, tem promovido a publicação de

livros como os de Ramos (2003), Teles e Franco (2006) e Hernaiz (2007), além de outros dois que tratam especificamente dos temas homofobia e diversidade escolar (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007; JUNQUEIRA, 2009a). A mesma Secad também lançou editais – sobretudo por meio da Universidade Aberta do Brasil³ – dirigidos a universidades onde haja grupos de pesquisadoras dispostas a promover, em seus estados, cursos de extensão direcionados a profissionais de educação, que tratem dos temas gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais.

Por outro lado, diversas organizações não governamentais, muitas vezes com recursos originários de parcerias com os governos federal, estaduais e municipais, também produzem material pedagógico dirigido a adolescentes, professoras e pais-mães, que trata de temas relacionados ao combate à TGBLfobia e à promoção do respeito à diversidade sexual e a como a família e a escola podem contribuir para que adolescentes não heterossexuais e rebeldes em relação aos estereótipos de gênero vivam com menos culpa e mais prazer, preparadas para enfrentar as situações de preconceito e discriminação. Essas publicações relacionam os temas combate ao preconceito e respeito e promoção da cidadania com informações sobre desejos, conhecimento do corpo e prevenção às DST/aids, a exemplo de Jesus *et al.* (2006), Kamel e Pimenta (2008), Pedrosa e Castro (2008) e Penalvo e Bernardes (2009). Além disso, muitas ativistas do movimento LGBT recorrentemente são convidadas a participar de, ou mesmo organizar, grande parte das ações promovidas por secretarias de educação estaduais e municipais relacionadas ao combate à GTBLfobia e à promoção da cidadania, especialmente tendo em vista a escassa presença de gestoras capacitadas, em todas as esferas de governo, a desenvolver iniciativas que contemplem tais temas. Como afirma uma ativista entrevistada:

A grande maioria das ONGs virou prestador de serviços do Estado, né? Está sendo engolido pelo sistema, inclusive daí fica com dificuldades de fazer a crítica e de apontar, porque acaba sendo um, mais uma instância. Mas só que é desigual essa participação, digamos assim, e a responsabilidade fica a cargo da sociedade civil.

Todavia, uma preocupação que esse tipo de iniciativa desperta é: em que medida organizações da sociedade civil têm assumido para si a execução

³ Segundo informações do portal UAB/CAPES: “A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância”. O *Manual operacional da Rede de Educação para a Diversidade* explica como funcionam esses cursos.

de atribuições que são do governo (tais como distribuir preservativos ou educar profissionais de educação para lidar com adolescentes LGBT)? Afinal, a frente prioritária de atuação de qualquer movimento social talvez ainda seja a de cobrar/monitorar (ou, numa linguagem mais tecnocrática, “fazer o controle social”) as ações do governo e não atuar como um “prestador de serviços”, haja vista os riscos de que ativistas e seus grupos assumam uma posição de subordinação diante do governo, em face das relações de dependência, inclusive financeira e político-partidária, que se estabelecem.

A respeito da produção de materiais didáticos, é importante registrar que as pessoas entrevistadas fizeram pouca menção, exceto uma gestora federal, que mencionou a existência de editais orientados pelo Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, e outra gestora também federal, que fez algumas considerações críticas sobre o tema, a partir de uma pergunta integrante do questionário da pesquisa relativa à existência de “monitoramento e revisão dos livros escolares didáticos, manuais escolares e programas educativos visando a eliminar estereótipos”:

Não existe monitoramento. [...] o que existe é antes; não é o monitoramento *a posteriori*. O que existe é a análise preliminar do material. [...] Agora, a pesquisa da Débora Diniz e da Tatiana [Lionço], a partir dos materiais aprovados no âmbito nacional, do livro didático, elas conseguiram verificar, elas verificaram que não há homofobia explícita, propaganda homofóbica, não é nada disso. [...] Porém, existe todo um silêncio acerca da diversidade sexual, então se isso também não for homofobia...

Um passo qualitativamente superior à promoção episódica de cursos de capacitação e da publicação pontual de materiais a respeito da proteção de direitos da população LGBT no espaço da escola foi dado a partir de 2008 com a realização da Conferência Nacional de Educação Básica (2008), da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008) e da Conferência Nacional de Educação (2010). O que muda com essas iniciativas é, principalmente, a criação de um espaço plural para o debate envolvendo não apenas os setores do governo mas também as pessoas afetadas pela questão, por meio de representantes da sociedade civil.

A Conferência Nacional de Educação Básica ocorreu em abril de 2008 e contou com delegadas de todos os estados e do Distrito Federal, representando gestoras, grupos da sociedade civil, profissionais de educação e pais-mães de alunas. O tema central foi *Construção do Sistema Nacional*

Articulado de Educação e as discussões estiveram estruturadas a partir de cinco eixos temáticos, sendo o que mais nos interessa aqui o IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica, no qual são apresentadas propostas relativas aos temas educação e afrodescendência, educação indígena, educação especial e diversidade sexual. Especificamente em relação ao tema diversidade sexual, são apresentadas cinco ações para as políticas de educação, com destaque para 1) combate à linguagem sexista, homofóbica e discriminatória nos livros didáticos e paradidáticos; 2) promoção de cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar; 3) inserção dos estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

A Conferência Nacional LGBT foi realizada em junho de 2008, com a presença de 1.118 participantes, sendo 569 delegadas representantes do poder público e da sociedade civil, 108 convidadas e 441 observadoras (BRASIL, 2008a, p. 313-314). Como resultado de um grupo de trabalho composto por 102 participantes, foram aprovadas na Plenária Final da Conferência 60 deliberações relativas ao eixo “educação”, versando sobre temas como o fomento à pesquisa e à produção de materiais didáticos e paradidáticos que promovam o reconhecimento e o respeito à diversidade sexual e identidade de gênero bem como a criação de coordenadorias específicas para LGBT nos diversos órgãos e instâncias do Ministério da Educação, entre muitos outros.

Já a Conferência Nacional de Educação foi realizada entre 28 de março e 1º de abril de 2010, em Brasília, e teve como tema *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação: Diretrizes e Estratégias de Ação*. Um de seus objetivos principais está relacionado à formulação do novo Plano Nacional de Educação, como se observa abaixo:

Espera-se que sua ampla divulgação, disseminação e debate possam servir de referencial e subsídio efetivo para a construção do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e para o estabelecimento, consolidação e avanço das políticas de educação e gestão que dele resultarem em políticas de Estado (BRASIL, 2010, p. 11).

O que mais nos interessa nesse documento é o Eixo VI – *Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade*, do qual faz parte o tema gênero e diversidade sexual, contemplado em 25 deliberações – número bem ampliado se comparado às cinco propostas referidas anteriormente e que integram o documento final da Conferência de Educação Básica, realizada em

2008. Seguramente, a participação de ativistas e educadoras LGBT na Conferência Nacional de Educação e sua capacidade de articulação com representantes de outros segmentos sociais foram determinantes para a aprovação desse número de propostas, entre as quais quatro são particularmente relevantes, a saber: 1) introdução e garantia da discussão de gênero e diversidade sexual na política de valorização e formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação; 2) construção de uma proposta pedagógica sobre gênero e diversidade sexual para nortear o trabalho na rede escolar de ensino; 3) garantia de que o MEC assegure os recursos financeiros necessários à implementação do *Projeto Escola sem Homofobia* em toda a rede de ensino e das ações relativas à educação previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; e 4) criação de grupos de trabalhos permanentes nos órgãos gestores da educação dos diversos sistemas, para discutir, propor e avaliar políticas educacionais para a diversidade sexual e relações de gênero, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil.

Apreciações sobre o dito e sobre o silenciado

Considerando o reduzido número de gestoras entrevistadas no contexto da pesquisa e em especial o fato de que apenas dez são vinculadas a órgãos especializados na área de educação, queremos destacar que a breve análise apresentada a seguir não tem pretensões de caráter generalizante, mas pode oferecer sinalizações sobre prioridades, desafios e problemas enfrentados.

Ao passarmos em revista os documentos de domínio público relativos à população GBLT na política educacional, podemos nos apropriar melhor do panorama que se oferece a quem procura entender a relação entre as demandas dessa população e as políticas públicas na área de educação. Em primeiro lugar, destaca-se a evidência da preocupação tardia com a questão. Observando que a homossexualidade se colocou como problema social para o poder público no Brasil desde antes da década de 1930 (TREVISAN, 2000) e considerando também que o Estado brasileiro, desde essa mesma época, inicia seu projeto de modernização da educação (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007), é de se lamentar que as medidas higienistas de combate aos homossexuais, empreendidas desde antes do integralismo de Getúlio Vargas, chegando à modernização de Juscelino Kubitschek (LACERDA, 2005), tenham sido as únicas respostas oficiais do Estado para essa questão social por muitas décadas. A perspectiva de inclusão dessa

população como público de políticas educacionais é um evento dos primeiros anos deste século 21, ainda em vias iniciais de implementação.

Com a breve caracterização de ordem geral que fizemos de documentos que mais ou menos explicitamente apresentam parâmetros, princípios, diretrizes, eixos, estratégias e ações para lidar com questões relativas à educação, combate à TLGBfobia e promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, objetivamos provocar a reflexão sobre como essas temáticas vêm sendo tratadas pelo Governo Federal ao longo dos últimos 25 anos, ao menos no “papel”. Aqui, vale a pena insistir, porém, na tese de que *na prática a teoria é outra*, já que, como diz Junqueira (2009b), muitas são as estratégias adotadas por gestoras para desviar-nos (ou se desviarem) da abordagem da questão da diversidade sexual na educação, entre as quais se destacam: a “concordância infrutífera”, que interrompe a conversação, mas “não desdobra nenhuma medida efetiva”; a “hierarquização”, que estabelece que todas as outras demandas – tais como analfabetismo, evasão escolar, racismo – devem ser resolvidas primeiro, antes de se tratar do assunto; e (talvez) a estratégia mais conhecida por nós: a “negação”, que invisibiliza a existência da TBGLfobia e/ou de pessoas gays/lésbicas/travestis/transsexuais nos espaços escolares. Ao longo das entrevistas realizadas no contexto da pesquisa, encontramos os mais diversos discursos por parte das gestoras – dos mais bem-intencionados, mas que não contam com apoio e dotação orçamentária, aos que acreditam que devem atender toda a população (políticas universalistas) e não criar políticas “específicas”.

Também não se deve esquecer que as gestoras envolvidas com a formulação de políticas públicas, geralmente atuantes na esfera do Governo Federal, nem sempre estão em contato direto com as responsáveis por sua execução, nos âmbitos dos estados e dos municípios. Muitas vezes não se sabe, portanto, como as diretrizes propostas são materializadas no contato direto com alunas, pais-mães, professoras e outras profissionais da educação. No caso específico do Ministério da Educação, algo que se observa é a ausência de informações relativas à efetividade das políticas propostas, dado que a maior parte de sua atuação restringe-se à esfera da formulação. Nas palavras de uma gestora entrevistada:

A agenda LGBT e a agenda de promoção do reconhecimento da diversidade sexual exigem um comprometimento das diferentes instâncias de formulação de política educacional. Quando a gente pensa no Ministério da Educação, você tem essa atribuição, é, de

coordenação, de indução, de estabelecimento de incentivos, de diretrizes.

Um olhar mais detido sobre o fenômeno recente da multiplicação de iniciativas estaduais e municipais voltadas para o combate à evasão escolar de travestis e transexuais talvez seja ilustrativo dessa falta de articulação entre as ações implementadas nas distintas esferas de governo.

Do ponto de vista dos projetos de capacitação de professoras e publicações acima apresentadas, vale registrar que eles foram recorrentemente mencionados pelas gestoras entrevistadas, tanto no âmbito estadual quanto no federal, como iniciativas que estavam sendo implementadas e por meio das quais os debates sobre gênero e sexualidade começaram a chegar às escolas. Nas palavras de uma gestora federal e outra estadual, respectivamente:

Por exemplo, no ano passado, no “Gênero e Diversidade na Escola”, que é a formação que a gente faz com esses temas, nós tivemos cerca de 13 mil professores envolvidos, só nessa formação, e esse ano a gente tem muito mais.

[...] a gente tem já há alguns, há uns cinco anos, participado do “Saúde e Prevenção nas Escolas”, em parceria com a Secretaria da Saúde. [...] É um projeto que faz parte de um programa, é... Federal, né, que tá voltado para uma política, a implantação de uma política de saúde de adolescentes, né?

O fato de esses projetos serem citados no âmbito da atuação nos estados nos faz pensar que eles, ainda que embrionariamente, saíram da esfera restrita de formulação do Governo Federal e começaram a alcançar as populações-alvo. Se as secretarias de educação, em alguns casos, em parceria com as de saúde, estão conseguindo iniciar um processo de capacitação de suas profissionais, isso aumenta as chances de que estas reflitam sobre sua prática profissional e tentem redefini-la numa perspectiva menos machista e BGLTfóbica, contribuindo para que as escolas se tornem um ambiente menos discriminatório e preconceituoso para todas aquelas que vivenciam outras formas de sexualidades e identidades de gênero, não restritas ao universo da norma heterossexual. Não há dúvida, porém, de que dois desafios são centrais nesse processo: a desvinculação das abordagens sobre gênero e sexualidade do âmbito da saúde reprodutiva e o enfrentamento do próprio preconceito e machismo/BLTGfobia das profissionais de educação.

A respeito das ações do governo mais destacadas pelas entrevistadas, chamam nossa atenção aquelas relacionadas a temas como promoção de

seminários e cursos de capacitação e combate a práticas discriminatórias e preconceituosas no ambiente escolar. Um olhar sobre as ações que mais estão sendo realizadas pelas secretarias/ministérios nos permitiu notar que a maioria delas parece incidir principalmente sobre as representações sociais em torno da população LGBT. Ações como seminário, debates e capacitações costumam ter um caráter menos interventivo e mais preventivo, contribuindo para a modelagem de novas formas de entender ou conceituar um problema – isso talvez seja menos óbvio no caso da ação “Celebração de acordos de cooperação técnica para implementação de ações de promoção de direitos...”. No conjunto, porém, mantém-se o viés preventivista, muitas vezes com poucos resultados imediatos, quando muito, influenciando apenas a dimensão intelectual do problema, sem promover grandes mudanças nas práticas e nos afetos.

Além disso, esse tipo de ação se caracteriza, sobretudo, por seu caráter pontual: “Realização de debates, seminários e cursos”, “Realização de cursos de capacitação e formação”, “Realização de cursos de qualificação”, atividades que não pressupõem uma continuidade, são de curto prazo, não conseguem mudar a estrutura e a LBTGfobia institucional que caracterizam em nível profundo o sistema educacional brasileiro. Para a maioria dessas ações, não há planejamento, monitoramento e avaliação, encerrando-se em si mesmas e renovando-se com uma frequência que depende mais da boa vontade das gestoras, da pressão da sociedade civil e do repasse eventual de recursos para os níveis estadual e municipal por parte do Ministério da Educação. Note-se como ações que pressuporiam um trabalho de planejamento e execução mais de médio-longo prazo, atingindo o núcleo duro da TBGLfobia escolar, não são sinalizadas como prioritárias no âmbito dos órgãos das gestoras entrevistadas, a exemplo de “Reformulação dos currículos escolares visando à atualização de conteúdos que trabalhem as questões de gênero e sexualidade nos diferentes níveis da formação escolar”, “Monitoramento e revisão dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos, visando eliminar estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, raciais nas escolas” e “Compra e distribuição de material didático-pedagógico sobre a temática LGBT para a rede municipal/estadual de ensino”.

Um terceiro aspecto dessas ações pode ser inferido com alguma margem de segurança a partir das entrevistas com gestoras e ativistas. A maioria das ações é realizada a partir da iniciativa de “indivíduos” pessoalmente compromissados com o combate à BLGTfobia, vinculadas ao governo, às universidades e ao próprio movimento LGBT, e não enquanto uma

política de Estado, o qual muitas vezes reduz sua atuação à esfera do financiamento de iniciativas isoladas. Sobre esse tema, vejamos o relato de uma ativista entrevistada:

[...] em relação à educação, eu diria que as ações e programas são quase zero, tanto em nível federal, como estadual, como municipal. O que existe são ações de ONGs que incidem, sobre, tanto o MEC, como a Secretaria Estadual e Municipal de Educação e que pontualmente realizaram algumas ações, né? Mas nenhuma dessas ações são, têm sido suficientes pra mudar, é... ou pelo menos tentar mudar, né, a percepção de preconceito, discriminação nesse país e tampouco mudar a incidência sobre, né, incidência não, mas mudar o perfil homofóbico desse país, né? Eu acho que a educação ainda deixa muito a desejar.

A preocupação com a sensibilização de profissionais da educação para o combate à TGBLfobia no ambiente escolar é um dos temas mais recorrentes nos planos, programas e demais documentos que indicam diretrizes, objetivos e ações relativos a esses segmentos, seja os de caráter geral, como o Plano Nacional LGBT e o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 e 3, seja os documentos específicos do âmbito da educação, como os referentes à Conferência Nacional de Educação Básica e à Conferência Nacional de Educação. Todavia, quando se observa o número de ações de qualificação de professoras efetivamente mencionadas pelas gestoras que responderam questionários da pesquisa, o que se verifica é que ainda há muito por fazer, já que o total de iniciativas e o público alcançado ainda são muito pouco significativos.

Essa falta de sensibilização das profissionais de educação e das próprias gestoras para lidar com o combate à discriminação e ao preconceito, que atingem estudantes que não se conformam aos parâmetros da heterossexualidade compulsória, está entre os desafios apontados tanto por gestoras quanto por ativistas para a implementação de políticas públicas para TLGB na área de educação. A discussão de questões relativas a esse tema muitas vezes é considerada secundária. Nem todas as pessoas julgam o tema relevante, frequentemente o evitam e, portanto, continuam a se calar, sendo não raro protagonistas ou cúmplices na reprodução do preconceito. Mesmo num nível mais institucional, essa resistência também se faz presente, como afirma uma ativista entrevistada, e não apenas no âmbito da educação:

A maioria dos ministérios foi muito difícil de trabalhar. A educação até hoje, a educação [Ministério da] é uma porta

fechada. O Itamaraty é uma porta fechada, sabe? Você vê que a gente fala da dotação orçamentária, mas o planejamento [Ministério do] é uma porta fechada, sabe?

Outro aspecto destacado por entrevistadas, sejam do governo, sejam da sociedade civil, é o fundamentalismo religioso, que dificulta a implementação de projetos, obstaculiza a realização de debates e evita que essas discussões saiam do papel, como afirma uma gestora entrevistada:

Embora a Constituição diga que o Estado é laico, o servidor não é laico. Então, quando a gente fala assim “Ah, mas nada caminha na educação?”. Caminha, só que se de repente você pega uma diretora de ensino que quer fazer caminhar e ela pega uma diretora de escola que é de alguma religião mais conservadora aquela escola não anda.

Uma dificuldade frequentemente citada tanto por gestoras quanto por ativistas é sobre como fazer essas políticas saírem do papel. Primeiro se luta muito para ter leis, portarias, resoluções, decretos, programas, planos e projeto que proponham estratégias de punição da discriminação, que assegurem a travestis e transexuais o uso de nome social nas escolas, que garantam o respeito à diversidade, que se comprometam com as demandas da população LGBT. O outro passo então é fazer com que essas propostas e políticas cheguem até as pessoas, fazer com que cheguem aos estados e municípios, pois na verdade já existem muitos “papéis”, que contraditoriamente também podem ser usados para silenciar as demandas da sociedade civil, embora produzam mudanças de pequeno alcance nas vidas concretas das pessoas reais, vítimas de discriminação e preconceito, como afirma uma ativista:

O Brasil Sem Homofobia virou nada e o Plano de Direitos Humanos, então, vai virar nada. [...] Um é o cala a boca do outro, é uma tentativa de que a sociedade civil não cobrasse que o outro não foi feito. Essa é a relação dos dois. O Plano Nacional de, o Programa Nacional LGBT foi uma estratégia do governo para calar a nossa boca, pra parar de cobrar o Brasil Sem Homofobia. É isso.

Entre as conquistas específicas na área de educação apontadas pelas entrevistadas, destacam-se as portarias e resoluções que tratam da inclusão do direito ao uso de nome social por travestis e transexuais na escola e alguns pareceres e diretrizes que dão um indicativo nessa mesma direção. Foram também reconhecidas como importantes, embora incipientes, as capacitações já realizadas com profissionais de educação e os editais que o MEC divulgou destinados à promoção de ações educacionais de combate à LTBGfobia. Por

fim, há uma tendência geral de se dizer que o diálogo entre governo e sociedade civil tem se ampliado, embora as gestoras sejam mais otimistas que as ativistas quando se reportam aos limites e às possibilidades dessa interlocução.

De qualquer maneira, consideramos significativa a realização das Conferências Nacionais de diversos setores, precedidas por conferências estaduais, compostas por representantes de amplos setores do governo e da sociedade civil. Mesmo que as propostas aprovadas nessas conferências nem sempre se tornem norma legal e, principalmente, nem sempre sejam concretizadas, ainda assim são espaços importantes para o debate do tema e para a negociação de propostas na direção do enfrentamento ou pelo menos na caracterização dos problemas.

Nesse sentido, outro aspecto a destacarmos diz respeito à importância da perspectiva dos Direitos Humanos para a inclusão da pauta LGBT no âmbito educacional. A maioria das ações identificadas nesta pesquisa é derivada de interlocução entre a área de Direitos Humanos e a de educação, a qual se constrói em decorrência da pressão social exercida por ativistas BTLG e gestoras da educação pessoalmente identificadas com o combate à BTGLfobia. Esse aspecto sugere que o campo da educação, ainda que seja permeável à inserção dos debates sobre direitos humanos, tem sido pouco acolhedor das demandas da população GTLB, quando se pensa numa escala que atinja a maior parte do sistema educacional do país. Ressaltamos daí, mais uma vez, a importância das conferências municipais, estaduais e nacional LGBT e de educação para o fortalecimento de uma interlocução mais direta com o Estado, para além da tutela dos órgãos de Direitos Humanos.

Além da efetivação de leis, decretos e portarias que garantam o respeito e a não discriminação no âmbito escolar (e em todos os espaços) de alunas TLBG, somente podemos desejar e exigir que existam cada vez mais editais de fomento a pesquisas sobre relações de gênero e sexualidades, mais cursos de capacitação para profissionais de educação, saúde, segurança etc., maior produção de materiais didáticos que tenham a inclusão das diversidades (e a visibilidade das diversas conjugalidades, parentalidades, afetos, desejos, carinhos) como pautas e esperar que, com as mudanças que o movimento LBGT fomenta, o espaço escolar seja cada vez mais democrático, divertido, acolhedor e educativo, ensinando sobre diversidade e respeito em vez de continuar sendo um espaço opressivo, humilhante e degradante para as alunas que afrontam a heteronormatividade dominante.

Entretanto, não há dúvida de que o desafio é grande. Recentemente, por exemplo, ganhou a cena nacional a notícia de que o Ministério da Educação

começaria a distribuir, para seis mil escolas de ensino médio da rede pública, material educativo conhecido como “kits educativos anti-homofobia”, integrante do *Projeto Escola sem Homofobia*, composto de um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação para gestoras e educadoras. Esse material foi financiado pelo MEC e executado em parceria com as ONGs Pathfinder do Brasil; Reprolatina – *Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva*; e ECOS – *Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (São Paulo)*; bem como com o apoio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e da *Global Alliance for LGBT Education (GALE)*.

Tal proposta encontrou forte resistência de parlamentares vinculados a grupos GTBLfóbicos e de fundamentalistas religiosos, que tentaram por meios diversos impedir a distribuição nas escolas do referido material, sob o argumento de que ele seria uma “apologia ao homossexualismo entre jovens” e estimularia a pedofilia. Por outro lado, várias organizações manifestaram-se favoravelmente ao reconhecimento da adequação da proposta pedagógica do *Projeto Escola sem Homofobia*, tendo em vista a relevância do enfrentamento da BLTGfobia no espaço escolar e a adequação do material proposto às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destina. Entre essas organizações, destacam-se o Conselho Federal de Psicologia, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e a representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil. Tal conflito de interesses e disputas ideológicas somente mostra como a falta de um arcabouço legal de proibição explícita da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero bem como a garantia de cidadania plena e direitos humanos da população TLGB ainda fere de morte muitas das ações, projetos e programas que integram políticas públicas propostas pelo Governo Federal, no sentido da promoção de uma sociedade que não trate os que não se enquadram nos limites da norma heterossexual como párias e escória em seu próprio país⁴.

⁴ A reação da Presidenta Dilma Rousseff foi particularmente preocupante, já que determinou, em maio de 2011, a suspensão da distribuição do kit anti-homofobia, mesmo antes de consultar Fernando Haddad, seu Ministro da Educação, quanto à pertinência e adequação do material ao objetivo de combater a homofobia no ambiente escolar no Brasil. Como divulgado amplamente nos meios de comunicação de massa, a decisão da Presidenta teria sido motivada pela ameaça de parlamentares da bancada evangélica de apoiar a convocação do então Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, braço forte do Governo Dilma, para explicar sua “evolução patrimonial” suspeita, caso não fosse tomada uma medida decisiva contra a divulgação do kit. A distribuição foi suspensa, mas mesmo assim Palocci caiu.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros nacionais. *Revista Estudos Feministas*, ano 9, v. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação*. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/forumprevencao_final/sites/default/files/arquivos/guia_forma_prof_saude_educacao.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. *Saúde e prevenção nas escolas: diretrizes para implementação do projeto*. Brasília, 2006b. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_754_saude_prev_esc02.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Conferência Nacional da Educação Básica: Documento final*. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Conferência Nacional de Educação: Documento final*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (Secad/MEC). *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2189&Itemid=>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). *Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT*. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB. Brasília, 2008b.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Cecília M.; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

TELES, Jorge Luiz; FRANCO, Cláudia Tereza Signori (Org.). *Diversidade na educação: como indicar as diferenças?* Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154578por.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.